

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO  
717866/05-1



**ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES QUIROGRAFÁRIAS, COM GARANTIA ADICIONAL, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- i. **Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**, sociedade com sede na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("EMISSIONA"); e
- ii. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("AGENTE FIDUCIÁRIO"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, com Garantia Adicional, Não Conversíveis em Ações da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (a "ESCRITURA", a "EMISSIONA" e as "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. Esta ESCRITURA é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da EMISSIONA realizada em 31 de agosto de 2005 ("AGE"). Esta ESCRITURA será aditada após o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido na Cláusula 4.4.3. abaixo), com base em autorização deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da EMISSIONA a ser realizada para ratificação do resultado do Procedimento de Bookbuilding ("RCA").

1.2. A AGE da EMISSIONA delegou poderes ao conselho de administração para deliberar sobre as taxas de juros da remuneração das Debêntures, após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), bem como autorizou a diretoria da EMISSIONA a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para proceder à colocação pública das Debêntures, após o competente registro da EMISSIONA na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").



Handwritten initials

JUN 27 1976

## CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A EMISSÃO das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

As atas da AGE e da RCA deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

### 2.2. Inscrição da ESCRITURA

A ESCRITURA e seus aditamentos deverão ter sido inscritos na JUCESP, de acordo com disposto no inciso II do artigo 62 da Lei n.º 6.404/76.

### 2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A EMISSÃO deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### 2.4. Registro para distribuição no mercado primário

A EMISSÃO deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário (i) no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), sendo a integralização das Debêntures liquidada pela CETIP e (ii) no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a integralização das Debêntures liquidada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

### 2.5. Registro para negociação no mercado secundário

A EMISSÃO deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário (i) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP e (ii) no Bovespa Fix, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.



Handwritten signature.

## 2.6. Registro na ANBID

A EMISSÃO deverá ser registrada junto à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos dos artigos 22 e 23 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários ("Código ANBID").

## CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS TRÊS SÉRIES

As Debêntures terão as seguintes características e condições:

### 3.1. Valor Total e Número da EMISSÃO

O valor total da EMISSÃO é de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 3.8. abaixo). Esta ESCRITURA representa a segunda emissão de debêntures da EMISSORA.

### 3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

### 3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures na EMISSÃO. A EMISSÃO será realizada em 3 (três) séries, sendo a 1ª série composta por 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures ("Debêntures da 1ª Série"), a 2ª série composta por 18.750 (dezoito mil, setecentos e cinquenta) Debêntures ("Debêntures da 2ª Série") e a 3ª série composta por 18.750 (dezoito mil, setecentos e cinquenta) Debêntures ("Debêntures da 3ª Série") (as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série em conjunto denominadas simplesmente como as "Debêntures").

### 3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista emitido pela instituição financeira responsável



pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido pela CBLC, relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

### 3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

### 3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional a ser constituída nos termos da Cláusula 3.14. abaixo.

### 3.7. Limite de Emissão

O capital social da EMISSORA na data de assinatura desta ESCRITURA é de R\$ 954.056.552,16 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos), estando, portanto, atendido o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

### 3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01.09.2005 ("Data de Emissão").

### 3.9. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela EMISSORA no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) pela CBLC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix ou (iii) pelo BANCO MANDATÁRIO (conforme definido na Cláusula 3.16. abaixo), para as Debêntures que não estiverem depositadas em custódia vinculada ao Bovespa Fix e/ou ao SND.

### 3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos nos termos desta ESCRITURA, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente ESCRITURA, quando a data de tais pagamentos coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



### 3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à EMISSORA no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4., 5.4. e 6.4. abaixo) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### 3.12. Mora do Titular de Debêntures

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.11. acima, o não comparecimento do titular de Debênture para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA nas datas previstas nesta ESCRITURA, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

### 3.13. Rendimento das Debêntures

3.13.1. Na ocorrência de desenquadramento de qualquer dos limites e índices financeiros previstos nas alíneas (o), (p), (q) e/ou (r) da Cláusula 8.1. abaixo, os Rendimentos das Debêntures serão automaticamente elevados, desde a ocorrência do evento até a sua correção, em 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano, para as 3 (três) séries das Debêntures.

3.13.2. Tão logo a EMISSORA providencie o reenquadramento dos limites e índices financeiros previstos nas alíneas (o), (p), (q) e/ou (r) da Cláusula 8.1. abaixo, o acréscimo nos Rendimentos das Debêntures de que trata a Cláusula 3.13.1. acima deixará de ser aplicado a partir da data do referido reenquadramento.

3.13.3. Na hipótese de qualquer dos limites e índices financeiros previstos nas alíneas (o), (p), (q) e/ou (r) da Cláusula 8.1. abaixo permanecerem desenquadrados por prazo superior a 12 (doze) meses contados de sua ocorrência, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 8.1. abaixo.



### 3.14. Garantia Adicional

Os pagamentos relativos às Debêntures serão garantidos por meio da constituição de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EMISSORA, referentes a contas de arrecadação de fornecimento de energia elétrica, garantia esta a ser formalizada por meio da celebração de contrato de cessão fiduciária entre a EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO e o BANCO MANDATÁRIO, em observância ao disposto no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04 ("Contrato de Garantia"). O Anexo I desta ESCRITURA é cópia da versão final do Contrato de Garantia.

### 3.15. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, devendo a EMISSORA avisar o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação até 5 (cinco) dias úteis antes da sua ocorrência.

### 3.16. Banco Mandatário e Agente Escriurador

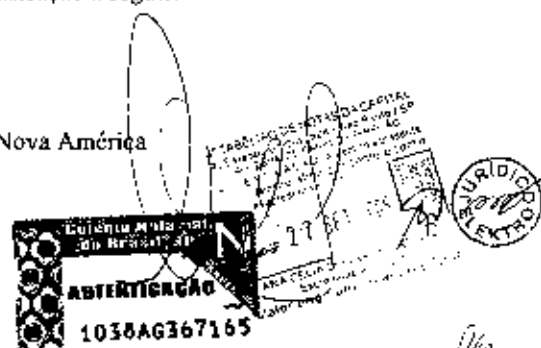
O banco mandatário e agente escriturador da EMISSÃO será o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("BANCO MANDATÁRIO").

### 3.17. Comunicações

As comunicações a serem enviadas em decorrência desta ESCRITURA, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a EMISSORA:

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América  
13053-024 - Campinas, SP  
At.: Rinaldo Pecchio Jr.



Tel.: (19) 3726-1090;  
Fax: (19) 3726-1560;  
E-mail: rinaldo.pecchioli@elektro.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205  
22640-100 – Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sr. Juarez Dias Costa  
Tel.: (21) 2493-7003  
Fax: (21) 2493-4746/4901  
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Para o BANCO MANDATÁRIO:

**Banco Itaú S.A.**  
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707  
04344-902 – São Paulo – SP  
At.: Sr. José Nilson Cordeiro  
Tel.: (11) 5029-1317  
Fax: (11) 5029-1917  
E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Para a CETIP:

**Câmara de Custódia e Liquidação**  
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar  
São Paulo – SP  
At.: Sra. Anna Maria Bergamo  
Tel.: (11) 3111-1403  
Fax: (11) 3115-1664  
E-mail: annamaria@cetip.com.br

Para o Bovespa Fix:

**Bolsa de Valores de São Paulo**  
Rua XV de Novembro, nº 275  
São Paulo – SP  
At.: Sr. João Antônio Passos Carvalho



Tel.: (11) 3233-2177

E-mail: jcarvalho@bovespa.com.br / greg@bovespa.com.br

### 3.18. Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela EMISSORA com a distribuição das Debêntures será utilizado da seguinte forma:

(i) aproximadamente 67% (sessenta e sete por cento) dos recursos captados por meio da Emissão serão utilizados na liquidação de empréstimos ponte obtidos pela EMISSORA em 04 de julho de 2005 perante o Banco Itaú BBA S.A. e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com remuneração equivalente à variação diária da Taxa DI (conforme definida abaixo), acrescida de *spread* de 2,25% (dois virgula vinte e cinco por cento) ao ano, e prazo de vencimento em 180 (cento e oitenta) dias contados do primeiro desembolso (os empréstimos ponte em conjunto definidos como o “Empréstimo-Ponte”). O Empréstimo-Ponte foi concedido à EMISSORA para financiar o pagamento antecipado, juntamente com recursos próprios da EMISSORA, do saldo devedor (principal e juros diferidos) da dívida, em moeda estrangeira, da EMISSORA para com a ETB - Energia Total do Brasil Ltda. (“ETB”), no valor de US\$ 243.423.619,30 (duzentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e dezenove dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos) (“Dívida com ETB”); e

(ii) o saldo remanescente dos recursos será utilizado para reforço do capital de giro da EMISSORA.

### 3.19. Colocação das Debêntures

3.19.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para distribuição no mercado primário no Bovespa Fix e no SDT, mediante observância do plano de distribuição descrito no anúncio de início da distribuição pública das Debêntures (“Anúncio de Início”).

3.19.2. A colocação pública das Debêntures (“Oferta”) somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM e a publicação do Anúncio de Início. As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após o encerramento da



U2-



colocação da totalidade das Debêntures da 1ª Série. As Debêntures da 3ª Série somente serão colocadas após o encerramento da colocação da totalidade das Debêntures da 2ª Série.

**3.19.3.** Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o prazo de colocação a ser estabelecido no Anúncio de Início, do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Emissão.

**3.19.3.1.** Na hipótese de não conclusão da Oferta por conta do não atendimento do disposto na Cláusula 3.19.3. acima, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão dos coordenadores da Oferta os montantes, em moeda corrente nacional, utilizados na integralização de Debêntures, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

#### **3.20. Imunidade dos Debenturistas**

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à EMISSORA e/ou ao BANCO MANDATÁRIO, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE**

#### **4.1 Quantidade**

A primeira série da Emissão será composta por 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures da 1ª Série.

#### **4.2. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01.09.2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor do



**11111**

Rendimento da 1ª Série (conforme definido na Cláusula 4.4. abaixo), em moeda corrente nacional, nos termos desta ESCRITURA.

#### 4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo) será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização das Debêntures da 1ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série
01.09.2009	33,33%
01.09.2010	33,33%
01.09.2011	33,34%

#### 4.4. Rendimento

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização (conforme definida na Cláusula 4.4.1. abaixo) e pelos Juros Remuneratórios da 1ª Série (conforme definido na Cláusula 4.4.3. abaixo) (o "Rendimento da 1ª Série"):

##### 4.4.1. Atualização

As Debêntures da 1ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a "Atualização") a partir da Data de Emissão, pela variação percentual do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série"), sendo o produto da Atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VN_n = VN_e \times \left[ \frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right] \times \left[ \frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right] \times \dots \times \left[ \frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]$$

onde:

**VNa** é o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



10/09/2018

**VNe** é o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série no início do Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série (conforme definido na Cláusula 4.4.3.1. abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**IGP-M<sub>0</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

**IGP-M<sub>1</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;

**IGP-M<sub>2</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

**IGP-M<sub>n</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture da 1ª Série. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;

**IGP-M<sub>n-1</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

**dup** é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização, sendo dup um número inteiro;

**dut** é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base, sendo dut um número inteiro.

Para efeitos das definições indicadas acima, considerar-se "datas de aniversário" as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e "data base" o primeiro dia útil de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor.

4.4.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA relativas às Debêntures da 1ª Série não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os titulares de Debêntures da 1ª Série quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição dos novos parâmetros da Atualização das Debêntures da 1ª Série.

4.4.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 1ª Série, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de cinco (5) dias contados (i) do primeiro



11111111

dia em que o IGP-M não tenha sido divulgado pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do período de 12 meses em que o IGP-M não possa ser utilizado por proibição legal ou judicial, convocar a Assembleia Geral de titulares de Debêntures da 1ª Série para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, dentre aqueles que melhor refletirem a inflação do período. O *quorum* necessário para definição do novo parâmetro de Atualização do Valor Nominal Unitário aplicável às Debêntures da 1ª Série deverá ser composto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação.

4.4.1.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série entre a EMISSORA e os debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A EMISSORA poderá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, com o seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de debenturistas, pelo valor equivalente (a) ao saldo de seu Valor Nominal Unitário Atualizado e (b) aos Juros Remuneratórios da 1ª Série, devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Juros da 1ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª Série; ou

(ii) A EMISSORA poderá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série. Na alternativa referida neste item, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série não poderá ser superior àquela estabelecida na Cláusula 4.4.3.1. abaixo (ou seja, o pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série deverá ser, no máximo, anual); (b) o cronograma de pagamento da Amortização das Debêntures da



1ª Série não poderá resultar em saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série superior a (b1) 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) até 01.09.2009, (b2) 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) até 01.09.2010 e (b3) 0% (zero por cento) até a Data de Vencimento; e (c) até a liquidação integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizado o parâmetro de Atualização definido pelos debenturistas e apresentado à EMISSORA na referida Assembleia Geral de debenturistas.

#### 4.4.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização

A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 1ª Série, (ii) na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e/ou (iii) nas datas em que sejam realizados eventuais amortizações e/ou resgates antecipados das Debêntures.

#### 4.4.3. Juros Remuneratórios da 1ª Série

As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à taxa percentual fixa ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Juros Remuneratórios da 1ª Série"). A taxa percentual referida acima será definida em procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelas instituições financeiras responsáveis pela coordenação da Emissão e colocação das Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding").

4.4.3.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, ou na Data de Pagamento de Juros da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, e termina na Data de Pagamento de Juros da 1ª Série correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série serão devidos em 01.09.2006, 01.09.2007, 01.09.2008, 01.09.2009, 01.09.2010 e 01.09.2011 (referidas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série, as "Datas de Pagamento de Juros da 1ª Série").



Juros

4.4.3.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa * [FatorJuros - 1];$$

onde:

**J** = valor dos Juros Remuneratórios da 1ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNa** = Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorJuros** = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

**taxa** = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding;

**n** = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

**DT** = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

**DP** = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

#### Observações:

1) Os fatores resultantes da expressão  $\left[ \frac{IGP - M_n}{IGP - M_{n-1}} \right]$  são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16



(dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

#### 4.5. Preço de Subscrição e Integralização

4.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série será o seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido do Rendimento da 1ª Série, calculado *pro rata temporis*, por dias úteis, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de integralização (exclusive).

4.5.2. Caso, até a data de integralização das Debêntures, não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série a última projeção de IGP-M da ANDIMA, disponível no *site* [www.andima.com.br](http://www.andima.com.br), ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os debenturistas da 1ª Série quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

4.5.3. A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à CBLC, conforme o caso.

#### 4.6. Resgate Antecipado

Além do resgate de que trata a Cláusula 4.4.1.3 acima, não será permitido resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série.

### CLÁUSULA V – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

#### 5.1 Quantidade

A segunda série da Emissão será composta por 18.750 (dezoito mil setecentos e cinquenta) Debêntures da 2ª Série.

#### 5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01.09.2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série"), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, ainda não amortizado, juntamente com o valor do



Handwritten signature and a circular stamp with the word 'AUTENTICADO' and a signature.

Rendimento da 2ª Série (conforme definido na Cláusula 5.4. abaixo), em moeda corrente nacional, nos termos desta ESCRITURA.

### 5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização das Debêntures da 2ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
01.09.2009	33,33%
01.09.2010	33,33%
01.09.2011	33,34%

### 5.4. Rendimento da 2ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento descrito abaixo, formado pelos Juros Remuneratórios da 2ª Série (conforme definido na Cláusula 5.4.2.1. abaixo) ("Rendimento da 2ª Série"):

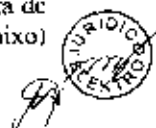
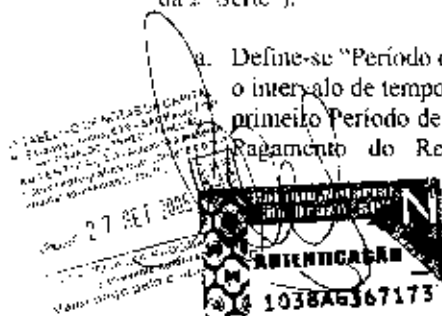
#### 5.4.1. Atualização

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não será atualizado.

#### 5.4.2. Juros Remuneratórios da 2ª Série

5.4.2.1. As Debêntures da 2ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série (conforme definido na alínea "a" abaixo), de acordo com a fórmula descrita abaixo ("Juros Remuneratórios da 2ª Série").

- a. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na Data de Pagamento do Rendimento da 2ª Série (conforme definido abaixo)





imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Periodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na Data de Pagamento do Rendimento da 2ª Série correspondente ao periodo (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. O Rendimento da 2ª Série correspondente a cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devido semestralmente, sendo a primeira Data de Pagamento de Rendimento da 2ª Série em 01.03.2006 e a última em 01.09.2011 (cada, uma "Data de Pagamento do Rendimento da 2ª Série");

- b. as taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por dias úteis, até a Data de Pagamento do Rendimento da 2ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série.

O cálculo dos Juros Remuneratórios da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [FatorDI \times FatorSPV(d - 1)]$$

onde:

**J** = valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série no início do Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

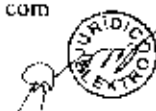
**FatorDI** = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

**n<sub>DI</sub>** = número total de taxas DI Over, sendo "n<sub>DI</sub>" um número inteiro;

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + i \right)^{\frac{d_k}{DT}}$$

$$TDI = \left( \frac{DI}{100} + i \right)^{\frac{d}{DT}}, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

**DI<sub>k</sub>** = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;  
**d<sub>k</sub>** = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo "d<sub>k</sub>" um número inteiro;  
**FatorSpread** = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{DT}} - 1 \right] \right\}$$

onde:

**spread** = *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, a ser definido no Procedimento de Bookbuilding;  
**n** = É o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;  
**DT** = É o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;  
**DP** = É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- 1) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- 2) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.
- 3) Efetua-se o produto dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 4) Considera-se o resultado da multiplicação ("Fator DI" x "FatorSpread") com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



5.4.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.4.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia seguinte à impossibilidade legal ou judicial de aplicação da Taxa DI, convocar Assembleia Geral de debenturistas titulares de Debêntures da 2ª Série para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o novo parâmetro a ser aplicado, que melhor reflita as condições do mercado interbancário então vigentes. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, até a data da deliberação da Assembleia Geral de debenturistas.

5.4.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de juros remuneratórios das Debêntures da 2ª Série entre a EMISSORA e os titulares de Debêntures da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A EMISSORA poderá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de debenturistas, pelo valor equivalente ao saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 2ª Série, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento do Rendimento da 2ª Série imediatamente anterior à data do resgate, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo do Rendimento da 2ª Série aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou



(ii) A EMISSORA poderá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série. Na alternativa referida, neste item, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento do Rendimento da 2ª Série não poderá ser superior àquela estabelecida na Cláusula 5.4.2.1. acima (ou seja, o pagamento do Rendimento da 2ª Série deverá ser, no máximo, semestral); (b) o cronograma do pagamento da Amortização das Debêntures da 2ª Série não poderá resultar em saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série superior a (b1) 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) até 01.09.2009, (b2) 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) até 01.09.2010 e (b3) 0% (zero por cento) até a Data de Vencimento; e (c) até a liquidação integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos debenturistas e apresentado à EMISSORA na referida Assembléia Geral de debenturistas.

#### **5.5. Preço de Subscrição e Integralização**

**5.5.1.** O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 2ª Série, calculado *pro rata temporis*, por dias úteis, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive).

**5.5.2.** A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à CBLC, conforme o caso.

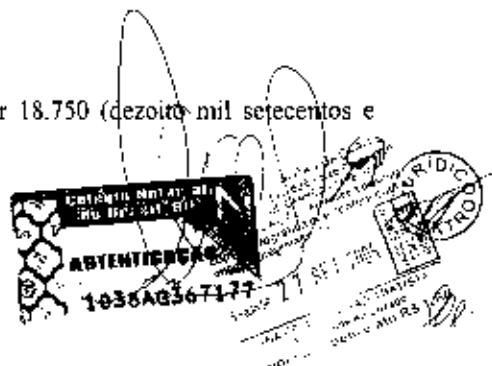
#### **5.6. Resgate Antecipado**

Além do resgate de que trata a Cláusula 5.4.2.4 acima, não será permitido resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série.

### **CLÁUSULA VI - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE**

#### **6.1 Quantidade**

A terceira série da Emissão será composta por 18.750 (dezoito mil setecentos e cinquenta) Debêntures da 3ª Série.



## 6.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01.09.2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série") (a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, a "Data de Vencimento"), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento da 3ª Série (conforme definido na Cláusula 6.4. abaixo), em moeda corrente nacional, nos termos desta ESCRITURA.

## 6.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização das Debêntures da 3ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
01.09.2009	33,33%
01.09.2010	33,33%
01.09.2011	33,34%

## 6.4. Rendimento da 3ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 3ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pelos Juros Remuneratórios da 3ª Série (conforme definido na Cláusula 6.4.2.1. abaixo) ("Rendimento da 3ª Série") (o Rendimento da 1ª Série, o Rendimento da 2ª Série e o Rendimento da 3ª Série, em conjunto denominados como o "Rendimento" das Debêntures):

### 6.4.1. Atualização

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série não será atualizado.

### 6.4.2. Juros Remuneratórios da 3ª Série

6.4.2.1. As Debêntures da 3ª Série renderão juros correspondentes à acumulação da Taxa DI, capitalizada de um *spread* a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª



Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série (conforme definido na alínea "a" abaixo), de acordo com a fórmula descrita abaixo ("Juros Remuneratórios da 3ª Série").

- a. Define-se Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na Data de Pagamento do Rendimento da 3ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na Data de Pagamento do Rendimento da 3ª Série correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. O Rendimento da 3ª Série correspondente a cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série será devido semestralmente, sendo a primeira Data de Pagamento de Rendimento da 3ª Série em 01.03.2006 e a última em 01.09.2011 (cada, uma "Data de Pagamento de Rendimento da 3ª Série");
- b. as taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por dias úteis, até a Data de Pagamento do Rendimento da 3ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série.

O cálculo dos Juros Remuneratórios da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [1 + \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread} - 1]$$

onde:

**J** = valor dos Juros Remuneratórios da 3ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário da Debênture da 3ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série no início do Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



## JURADO

**FatorDI** = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurados pela aplicação da seguinte fórmula;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

**n<sub>DI</sub>** = número total de taxas DI Over, sendo "n<sub>DI</sub>" um número inteiro;

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left( \frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

**DI<sub>k</sub>** = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**d<sub>k</sub>** = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo "d<sub>k</sub>" um número inteiro;

**FatorSpread** = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{360}{DT}} \right\}$$

onde:

**spread** = *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, a ser definido no Procedimento de Bookbuilding;

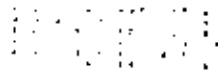
**n** = É o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

**DT** = É o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

**DP** = É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:





1) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

2) O fator resultante da expressão  $[1 + TDJ, i]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

3) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDJ, i]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4) Considera-se o resultado da multiplicação ("Fator DI" x "Fator Spread") com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.4.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.4.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia seguinte à impossibilidade legal ou judicial de aplicação da Taxa DI, convocar Assembleia Geral de debenturistas titulares de Debêntures da 3ª Série para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o novo parâmetro a ser aplicado, que melhor reflita as condições do mercado interbancário então vigentes. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, até a data da deliberação da Assembleia Geral de debenturistas.

6.4.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de juros remuneratórios das Debêntures da 3ª Série entre a EMISSORA e os titulares de Debêntures da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 3ª Série em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados





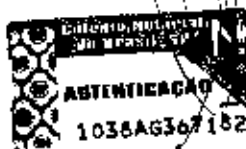
a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A EMISSORA poderá resgatar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de debenturistas, pelo valor equivalente ao saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 3ª Série, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento do Rendimento da 3ª Série imediatamente anterior à data do resgate, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo do Rendimento da 3ª Série aplicável às Debêntures da 3ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

(ii) A EMISSORA poderá amortizar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série. Na alternativa referida neste item, durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento do Rendimento da 3ª Série não poderá ser superior àquela estabelecida na Cláusula 6.4.2.1. acima (ou seja, o pagamento do Rendimento da 3ª Série deverá ser, no máximo, semestral); (b) o cronograma do pagamento da Amortização das Debêntures da 3ª Série não poderá resultar em saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série superior a (b1) 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) até 01.09.2009, (b2) 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) até 01.09.2010 e (b3) 0% (zero por cento) até a Data de Vencimento; e (c) até a liquidação integral das Debêntures da 3ª Série, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos debenturistas e apresentado à EMISSORA na referida Assembleia Geral de debenturistas.

## 6.5. Preço de Subscrição e Integralização

6.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 3ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 3ª Série, calculado *pro rata temporis*, por dias úteis, desde a Data de Emissão (inclusive), até a data de sua efetiva integralização (exclusive).





6.5.2. A integralização das Debêntures da 3ª Série será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à CBLIC, conforme o caso.

#### 6.6. Resgate Antecipado

6.6.1. A EMISSORA terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, e desde que após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures da 3ª Série em circulação. Na hipótese de resgate antecipado parcial, este deverá ser realizado por meio de sorteio coordenado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância do disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. O resgate antecipado parcial ou total das Debêntures da 3ª Série será efetuado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série acrescido do Rendimento da 3ª Série, e acrescido de um prêmio, estabelecido como percentual a ser aplicado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, acrescido do Rendimento da 3ª Série, calculado da seguinte forma:

$[P = d/D * 1,00\%]$ , onde:

**P** = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate;

**d** = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate das Debêntures da 3ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série; e

**D** = quantidade de dias corridos entre a Data de Início de Resgate (conforme acima referido) e a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série.

6.6.2. As Debêntures da 3ª Série que vierem a ser resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas, comprometendo-se a EMISSORA a providenciar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o aditamento à presente ESCRITURA e respectivo arquivamento na forma da legislação em vigor.

6.6.3. O resgate das Debêntures da 3ª Série na forma descrita nesta Cláusula será precedido, necessariamente, de aviso aos debenturistas, a ser publicado pela EMISSORA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data pretendida para pagamento do referido resgate.

6.6.4. Eventual resgate parcial das Debêntures da 3ª Série que estejam registradas no SND dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND.





Independente do disposto acima, todas as etapas deste processo, tais como manifestação dos titulares de Debêntures da 3ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por titular de Debênture, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, de acordo com os termos e condições previstos no artigo 55 e parágrafos da Lei nº 6.404/76.

6.6.4.1. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial de que trata o item 6.6.4. acima, não haverá a necessidade de qualquer ajuste nesta ESCRITURA ou qualquer outra formalidade.

#### CLÁUSULA VII - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures de qualquer das séries em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento aplicável, calculado *pro rata temporis*, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser colocadas no mercado.

7.1.1. A EMISSORA poderá, a qualquer momento, aprovar o cancelamento das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

#### CLÁUSULA VIII - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

##### 8.1. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir, mediante notificação, o imediato pagamento pela EMISSORA do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido do Rendimento aplicável, calculado *pro rata temporis*, conforme disposto nas Cláusulas 4.4., 5.4. e/ou 6.4. acima, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à EMISSORA, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"), os quais a EMISSORA reconhece desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela EMISSORA relativamente às Debêntures:

(a) liquidação, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da EMISSORA e/ou suas



1000

controladas (exceto pela liquidação da controlada Ferraco Investments Ltd., com sede nas Ilhas Cayman);

1000

(b) ocorrência de qualquer ato de falência ou procedimento análogo que venha a ser criado por lei (conforme definido em lei) em relação à EMISSORA e/ou suas controladas;

(c) não pagamento, pela EMISSORA, de qualquer parcela do Valor Nominal Unitário, Rendimentos ou quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures, nas respectivas Datas de Vencimento;

(d) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a EMISSORA ou suas controladas que não sejam sanados no prazo de 72 (setenta e duas) horas, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA;

(e) descumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta ESCRITURA e no Contrato de Garantia, não sanado dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da ocorrência do evento, exceto quando houver previsão de período de cura específico para tal descumprimento ou configurar vencimento antecipado automático, conforme Cláusula 8.5. abaixo;

(f) a EMISSORA e/ou suas controladas deixarem de pagar qualquer obrigação pecuniária em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento ou se o prazo para pagamento não for prorrogado de comum acordo entre as partes, prorrogação esta que deve estar devidamente comprovada e documentada pela EMISSORA e que não poderá caracterizar vencimento antecipado das respectivas obrigações.

(g) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida pecuniária da EMISSORA e/ou suas controladas, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas;

(h) se a EMISSORA deixar de deter, por qualquer motivo, a concessão conforme previsto no Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, firmado, em 27 de agosto de 1998, entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a EMISSORA para regular a exploração dos serviços públicos de distribuição de





energia elétrica das concessões de que é titular a EMISSORA ("Contrato de Concessão") ou na legislação;

(i) as declarações e garantias prestadas pela EMISSORA na Cláusula 12.1. abaixo e/ou no Contrato de Garantia forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;

(j) caso a EMISSORA transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta ESCRITURA e no Contrato de Garantia, sem a prévia anuência do AGENTE FIDUCIÁRIO, como representante dos debenturistas;

(k) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela EMISSORA ou suas controladas, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da EMISSORA de suas obrigações relativas às Debêntures;

(l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a EMISSORA ou suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;

(m) transferência do controle acionário da EMISSORA ou suas controladas sem a prévia e expressa autorização de debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto quando realizada dentro do grupo de controle da EMISSORA ou quando realizada no âmbito do processo de reestruturação da Enron Corp. n.º 01-16034 (AJG), com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos (*Chapter 11 of the U.S. Bankruptcy Code*), em trâmite perante a Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (a "Corte"), e no âmbito do plano conjunto da Enron Corp. e algumas de suas afiliadas aprovado pela Corte, o qual entrou em pleno efeito em 17 de novembro de 2004;

(n) a deliberação ou a distribuição de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio para os acionistas da EMISSORA em montante superior a 110% (cento e dez por cento) do lucro líquido ajustado da EMISSORA (após dedução da reserva legal de 5% (cinco por cento));

(o) caso a relação entre o Endividamento Financeiro Líquido e o patrimônio líquido da EMISSORA seja superior a 0,80 (zero vírgula oitenta) por prazo igual ao





superior a 12 (doze) meses. Considera-se “Endividamento Financeiro Líquido”, para os fins desta ESCRITURA, o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da EMISSORA (incluindo valores empenhados), excluídos: (i) o financiamento obtido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) através do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 02.2.057.3.1, datado de 07 de fevereiro de 2002, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, referente à reposição das perdas com o racionamento de energia de 2001 (“Financiamento referente ao Racionamento de Energia de 2001”); (ii) o financiamento obtido do BNDES através do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 03.2.568.3.1, datado de 23 de outubro de 2003, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica – CVA – Conta das Variações da Parcela A (“Financiamento referente à CVA”); (iii) os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS (“Empréstimos da ELETROBRÁS”) e (iv) o Instrumento Particular de Assunção Parcial de Obrigações de Ajuste de Reservas e Confissão de Dívidas existentes entre a CESP – Companhia Energética de São Paulo e a Fundação CESP, pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Outras Avenças, datado 26 de junho de 1998 (“Dívida com a Fundação CESP”);

(p) caso a relação entre o Endividamento Financeiro Líquido e o EBITDA da EMISSORA seja superior a 2,5 (dois vírgula cinco) por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se “EBITDA”, para os fins desta ESCRITURA, o somatório do resultado antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da EMISSORA, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias e (v) o resultado não operacional;

(q) caso a relação entre Endividamento Financeiro de Curto Prazo e o Endividamento Financeiro Total da EMISSORA seja superior a 0,30 por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se “Endividamento Financeiro Total”, para fins desta ESCRITURA, o endividamento financeiro da EMISSORA excluídos: (i) Financiamento referente ao Racionamento de Energia de 2001, (ii) o Financiamento referente à CVA, (iii) Empréstimos da ELETROBRÁS e (iv) Dívida com a Fundação CESP. Considera-se o “Endividamento Financeiro de Curto Prazo”, para fins desta ESCRITURA, o saldo do Endividamento Financeiro Total cujo vencimento seja inferior ou igual a 12 (doze) meses, excluída a parcela do saldo da presente emissão de debêntures cujo vencimento seja inferior ou igual a 12



JUN 05

(doze) meses;

31 09 05

(r) caso a relação entre o EBITDA e as Despesas Financeiras Líquidas seja inferior a (i) 2,5 (dois vírgula cinco) para o exercício de 2005 ou (ii) 3,0 (três vírgula zero) para os demais exercícios por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses. Considera-se "Despesas Financeiras Líquidas", para os fins desta ESCRITURA, as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) ao Financiamento referente ao Racionamento de Energia de 2001; (ii) ao Financiamento referente à CVA; (iii) aos Empréstimos da ELETROBRÁS; (iv) à Dívida com a Fundação CESP; (v) ao PIS / COFINS sobre receita financeira; (vi) à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF; (vii) aos Juros sobre Capital Próprio; (viii) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas / Itaipu e (ix) à amortização da variação cambial diferida;

(s) mudança do objeto social da EMISSORA ou realização de qualquer negócio fora do objeto social da EMISSORA, exceto quando determinadas pela ANEEL ou pela legislação aplicável;

(t) a redução do capital social da EMISSORA;

(u) o Contrato de Garantia (a) for objeto de questionamento judicial, anulação ou rescisão, de maneira que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta ESCRITURA e/ou no Contrato de Garantia, desde que as garantias não sejam satisfatoriamente substituídas, a critério dos debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, pela EMISSORA no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido; (b) não for devidamente constituído; (c) for anulado; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;

(v) caso a EMISSORA celebre qualquer tipo de acordo ou contrato pelo qual qualquer espécie de receitas ou lucros da EMISSORA seja dividida com ou atribuída a qualquer pessoa, exceto em decorrência de determinação da ANEEL ou programas de participação nos lucros e resultados instituídos em benefício de empregados e/ou administradores da EMISSORA nos termos da lei;

(x) caso a EMISSORA venda, ceda, alugue ou de qualquer forma aliene a totalidade ou parte relevante de seus ativos operacionais, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não, em valor superior a 2% (dois por cento) do seu capital social; e



## JURADO

(z) a ocorrência simultânea de 2 (dois) ou mais dos eventos previstos nas alíneas (o), (p), (q) e (r) desta Cláusula 8.1., independentemente do período durante o qual se verifique a ocorrência de tais eventos.

8.2. Os limites e índices financeiros previstos nas alíneas (o), (p), (q) e (r) da Cláusula 8.1. acima serão calculados com base nas Demonstrações Financeiras protocolizadas junto à CVM ("Demonstrações Financeiras"), referentes aos trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro de cada exercício social ("Trimestres de Apuração"), ou seja (i) ITR – Informações Trimestrais ("ITR") e (ii) DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP").

8.3. Os cálculos dos limites e índices financeiros previstos nas alíneas (o) e (q) da Cláusula 8.1. acima serão baseados nos saldos contemplados nas Demonstrações Financeiras dos Trimestres de Apuração. Para o cálculo dos índices financeiros previstos na alínea (p) da Cláusula 8.1. acima, será considerado para o cálculo do Endividamento Financeiro Líquido o saldo contemplado nas Demonstrações Financeiras dos Trimestres de Apuração e, para o EBITDA o valor incorrido nos últimos 4 (quatro) trimestres.

8.4. Durante o primeiro ano após o início da distribuição das Debêntures, o EBITDA e as Despesas Financeiras Líquidas, considerados na alínea (r) da Cláusula 8.1. acima deverão refletir aqueles valores incorridos para o período decorrido entre a data da distribuição das Debêntures e o encerramento dos respectivos Trimestres de Apuração. Nos anos subsequentes, esses cálculos serão baseados nos últimos 4 (quatro) trimestres.

8.5. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (g), (h) e (z) da Cláusula 8.1. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

8.6. Na ocorrência de qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar a Assembleia Geral de debenturistas no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento. Realizada a Assembleia Geral dos debenturistas, o vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de debenturistas representantes de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.7. Não sendo convocada a Assembleia Geral prevista na Cláusula 8.6. acima no prazo ali previsto, ou não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembleia Geral de debenturistas prevista na





Cláusula 8.6. acima, seja na primeira ou na segunda convocação, conforme o caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do respectivo Rendimento e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

8.7.1. A eventual suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de debenturistas, para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data para reabertura da referida Assembleia Geral seja deliberada pelos debenturistas na Assembleia Geral de debenturistas cujos trabalhos tiverem sido objeto de suspensão, não será considerada como causa de declaração de vencimento antecipado das obrigações da EMISSORA nos termos da Cláusula 8.7. acima.

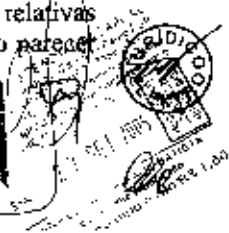
8.8. Em conformidade com o artigo 231 da Lei nº 6.404/76, a incorporação, a fusão ou a cisão da EMISSORA (exceto pela cisão que resultará na exclusão das duas geradoras de energia detidas pela EMISSORA, na data de assinatura desta ESCRITURA, do seu conjunto de ativos, em decorrência de determinação da ANEEL – Ofício 1078/2004 e após a aprovação da ANEEL) dependerá da prévia aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada com esse fim, dispensada tal aprovação se a EMISSORA assegurar aos debenturistas que assim o desejarem a aquisição pela EMISSORA das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

8.8.1. Tendo em vista a exceção referida no item 8.8. acima, os debenturistas que adquirirem Debêntures no âmbito da EMISSÃO renunciarão expressamente a qualquer direito a eles atribuído nos termos da Lei nº 6.404/76 referente à aprovação da operação de cisão que resultará na exclusão das duas geradoras de energia detidas pela EMISSORA do seu conjunto de ativos, em decorrência de determinação da ANEEL – Ofício 1078/2004, conforme acima referido.

## CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO: (i) dentro de no máximo 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer



## ANEXOS

dos auditores independentes, ~~que, como~~ Declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento desta ESCRITURA e do Contrato de Garantia, acompanhadas de relatório da auditoria demonstrando a apuração do índices e limites financeiros dispostos nas alíneas (o), (p), (q) e (r) da Cláusula 8.1. acima; (ii) dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis contados da entrega, pela EMISSORA à CVM, de cópia de seus arquivos de ITR e DFP, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos; (iv) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.16. acima; (v) imediatamente qualquer informação relevante para a presente EMISSÃO; e (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(b) convocar Assembleia Geral de debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente EMISSÃO, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

(c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

(d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis;

(f) manter atendimento adequado aos debenturistas, através do seu Diretor de Relações com Investidores, para assegurar-lhes tratamento eficiente e para prestar esclarecimentos ou informações aos debenturistas e ao AGENTE FIDUCIÁRIO a respeito de suas demonstrações financeiras, sua contabilidade, seus ativos e suas operações;

(g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(h) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA, sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da EMISSORA, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da EMISSORA ou sua capacidade de



cumprir suas obrigações nos termos do (A) Contrato de Concessão, e/ou (B) desta ESCRITURA;

(i) manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento das Debêntures, devendo (i) manter atualizada a classificação de risco, (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao AGENTE FIDUCIÁRIO os relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação a que a EMISSORA tiver acesso;

(j) encaminhar imediatamente à CVM e ao AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(k) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia de qualquer comunicação enviada pela ANEEL à EMISSORA relativa a uma possível causa de término ou resolução do Contrato de Concessão;

(l) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta ESCRITURA, (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 8.1. acima);

(m) manter atualizadas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente com relação às licenças e autorizações requeridas nos termos do Contrato de Concessão;

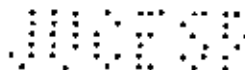
(n) cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Garantia, praticando todos os atos para que a garantia permaneça válida e eficaz até o cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta ESCRITURA;

(o) manter seus ativos adequadamente segurados;

(p) utilizar os recursos oriundos da EMISSÃO (i) primordialmente, no Pagamento Antecipado da Dívida com a ETB, ou na liquidação do Empréstimo-Ponte, que será utilizado para financiar o Pagamento Antecipado da Dívida com a ETB, caso a EMISSORA venha a tomá-lo, e (ii) reforço de capital de giro da EMISSORA;

(q) autorizar os auditores independentes da EMISSORA a entrar em contato com





com o AGENTE FIDUCIÁRIO, (o qual, deve ter informado previamente à EMISSORA sobre esse contato, estando também permitida a participação da EMISSORA durante esse contato) para dirimir questões acerca da contabilidade e operações da EMISSORA, e fornecer cópia de tal autorização ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

## CLÁUSULA X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 10.1. Nomeação

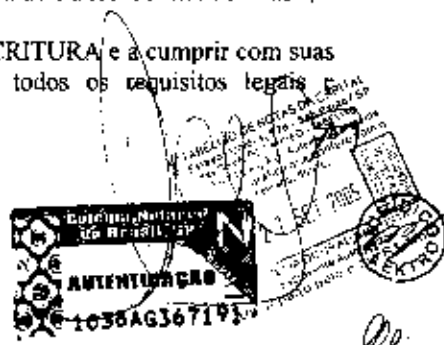
A EMISSORA constitui e nomeia como agente fiduciário dos titulares de Debêntures da EMISSÃO objeto desta ESCRITURA, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da ESCRITURA, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.1.1. O exercício permanente da função de AGENTE FIDUCIÁRIO é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

### 10.2. Declarações

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta ESCRITURA;
- (c) aceitar integralmente a ESCRITURA, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



JUN 03

(f) que a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(g) que esta ESCRITURA contém obrigações válidas e vinculantes do AGENTE FIDUCIÁRIO, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(h) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;

(i) ter verificado a regularidade da constituição, suficiência e exequibilidade das garantias prestadas pela EMISSORA; e

(j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

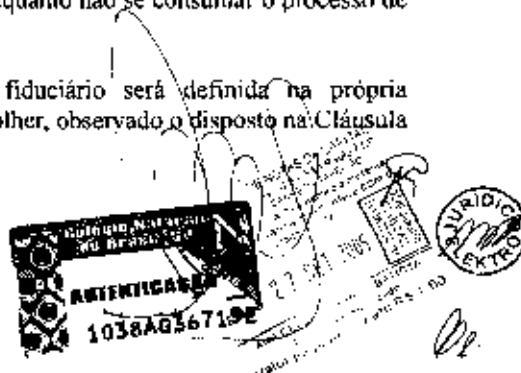
**10.2.1.** A EMISSORA, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

### **10.3. Substituição**

**10.3.1.** Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**10.3.2.** Se a convocação da Assembleia Geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 10.3.1. acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**10.3.3.** A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.3.7. abaixo.





**10.3.4.** Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes à esta ESCRITURA, deverá comunicar o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

**10.3.5.** É facultado aos debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

**10.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83, e eventuais normas posteriores.

**10.3.7.** O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia dos debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

**10.3.8.** A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser operada por meio de Aditamento à presente ESCRITURA.

**10.3.9.** O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da ESCRITURA ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

**10.3.10.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos emanados da CVM.

#### **10.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente ESCRITURA, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;



JUN 85

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, a inscrição desta ESCRITURA e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

(i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de debenturistas;

(k) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, tão logo disponível, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de debenturistas;

(l) comparecer à Assembleia Geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, em até 2 (dois) dias após a realização da Assembleia Geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;

(n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento



## JURADO

ou atraso na prestação obrigatória de informações pela EMISSORA; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da EMISSÃO de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA e no Contrato de Garantia; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da EMISSORA; (ii) no local indicado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; (iii) na CVM; (iv) no Bovespa Fix e no SND; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

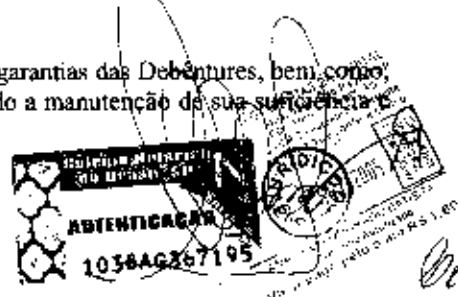
(p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

(q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à Instituição Depositária, à CETIP e CBLIC;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao Bovespa Fix e (iii) ao SND;

(t) verificar a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e





JUL 03

(u) intimar a EMISSORA a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

#### 10.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições da ESCRITURA, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

(c) requerer a falência da EMISSORA; e

(d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

10.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" da Cláusula anterior se, convocada a Assembleia Geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

#### 10.6. Remuneração

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), devida a primeira quando da assinatura desta ESCRITURA e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes, sendo que essa primeira parcela trimestral será no valor de



JUN 05

R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devido ao desconto da parcela única do item "b" abaixo;

JUN 05

(b) Parcela única de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de implantação da operação, devida em 24 de junho de 2005;

(c) Para assessoria aos debenturistas exclusivamente em processo de renegociação das condições das Debêntures requerido pela EMISSORA, em reunião formal ou em Assembléia Geral de debenturistas daí decorrentes, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, bem como para implementação das decisões tomadas nas referidas reuniões ou Assembléias, paga 5 (cinco) dias após comprovação a entrega pelo AGENTE FIDUCIÁRIO de "relatório de horas" à EMISSORA;

(d) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

(e) o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à EMISSORA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a EMISSORA não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela EMISSORA, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(f) as remunerações em atraso do AGENTE FIDUCIÁRIO serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

(g) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IPC-FIPE, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01.06.2005 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata* dia se necessário;

(h) as remunerações não incluem as despesas comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não serão incluídas igualmente despesas e comprovadas com especialistas, caso sejam



necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;

(i) em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas comprovadas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(j) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

(k) as remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de integração social (PIS), Cofins, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## CLÁUSULA XI - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

### 11.1. Convocação

A Assembleia Geral de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação da série a que se refere a deliberação, ou pela CVM.



11.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa [sic] quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas modo de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, especialmente o parágrafo quarto do artigo 124, da regulamentação aplicável e desta ESCRITURA.

#### 11.2. *Quorum de Instalação*

A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação da série a que se referir a deliberação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

11.2.1. Para os fins de verificação das Debêntures em circulação, conforme acima referido, será utilizado o conceito descrito na Cláusula 11.4.7. abaixo.

#### 11.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

#### 11.4. *Quorum de Deliberação*

11.4.1. Nas deliberações da Assembleia, a cada Debênture em circulação da série a que se referir a deliberação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não.

11.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8.6. desta ESCRITURA dependerá de aprovação conjunta de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de Debêntures de todas as séries em circulação.

11.4.3. As alterações do prazo de vigência das Debêntures, das datas de amortização do principal e das disposições do Contrato de Garantia dependerão de aprovação de debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures de todas as séries em circulação. Alterações dos Rendimentos dependerão de aprovação de debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação da série a que se referir o Rendimento.

11.4.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta ESCRITURA, dependerá de aprovação de debenturistas que representem, no



minimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de todas as séries, exceto se houver outro quórum específico previsto para a matéria.

11.4.5. Toda e qualquer alteração dos quóruns previstos nesta ESCRITURA e no Contrato de Garantia dependerá da aprovação dos debenturistas com um *quorum* no mínimo igual ao que está sendo alterado.

11.4.6. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos debenturistas da referida série, conforme *quorum* previsto para a matéria.

11.4.7. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação de qualquer assembléia geral dos debenturistas previstas nesta ESCRITURA, não serão consideradas Debêntures em circulação aquelas (i) que forem detidas por controladores, diretos ou indiretos, executivos, ou administradores da EMISSORA, (ii) que forem detidas por sociedades coligadas ou controladas pela EMISSORA e/ou seus controladores, ou (iii) mantidas em tesouraria da EMISSORA.

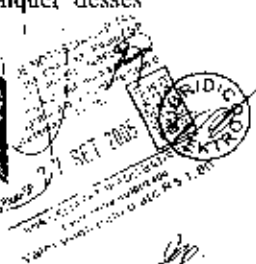
## CLÁUSULA XII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 12.1. Declarações e Garantias da EMISSORA

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO, na data da assinatura da ESCRITURA, que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta ESCRITURA e do Contrato de Garantia, bem como a colocação das Debêntures, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA, exceto por aqueles já existentes na presente data ou previstos nesta ESCRITURA ou no Contrato de Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



## DECLARAÇÃO

(c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;

(d) esta ESCRITURA e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da EMISSORA, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) os prospectos preliminar e definitivo ("Prospectos") da EMISSÃO contêm e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à EMISSORA, nas respectivas datas e na data de publicação do anúncio do início de distribuição, no contexto da presente EMISSÃO, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

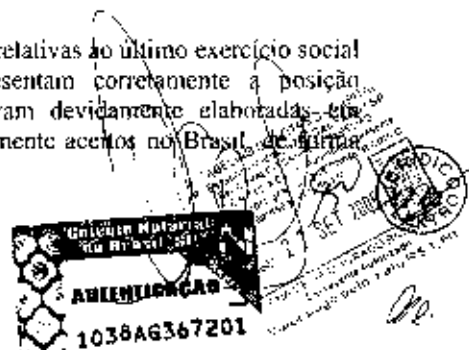
(f) as declarações contidas nos Prospectos da EMISSÃO em relação à EMISSORA são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos da EMISSÃO em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(h) não há fatos relativos à EMISSORA que, nas respectivas datas de cada Prospecto da EMISSÃO, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos da EMISSÃO, cuja omissão, no contexto dessa EMISSÃO, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto da EMISSÃO seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(i) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos da EMISSÃO em relação à EMISSORA sejam verdadeiros;

(j) as demonstrações financeiras da EMISSORA, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da EMISSORA e foram devidamente elaboradas, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;



(k) as informações da EMISSORA relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da EMISSORA e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(l) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(m) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos da EMISSÃO, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do AGENTE FIDUCIÁRIO, da instituição depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

#### CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente ESCRITURA. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.2 Os valores indicados na Cláusula VIII desta ESCRITURA serão atualizados pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de celebração desta ESCRITURA, calculados *pro rata* de se necessário.

14.3. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta ESCRITURA e para a execução



**NOTA**

das obrigações de pagamento previstas nesta ESCRITURA, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 14 de setembro de 2005.

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Nome: Rinaldo Pecchia Jr.  
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nome: Celso Azeiteiro Minchillo  
Cargo: Diretor de Recursos Humanos e Infra-estrutura

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: Antonio Augusto Bortolon De Silva  
Cargo: Gerente

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Testemunhas:

Nome: Augusto Bortolon De Silva  
R.G.: 24.627.162-3 SSP/SP  
CPF: 182.830.638-13

Nome: LEONARDO FERNANDO S ALMEI  
R.G.: 35.050.662-0 SSP/SP  
CPF: 300.354.038-61

Ad. ESPALHADO DE NOTAS DE CAMPANHAS  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA AS ASSINATURAS DE:  
RINALDO PECCHIA JUNIOR, CELSO AZEITEIRO  
MINCHILLO, 14 DE SETEMBRO DE 2005  
Campinas 14 DE SETEMBRO DE 2005  
PREÇO: R\$4,05 válido somente com  
selo de autenticidade, SELOS PASSAM POR  
EM TESTE.

ESTRELETA 2005  
111 DARTHO SEM SETO MAR E JULI 111

0186A035981  
TITULO VALOR  
LEONARDO  
FERNANDO  
S ALMEI



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA  
DA CIDADANIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO  
CERTIFICADO O REGISTRO DE TÍTULOS  
COM O NÚMERO  
E0000158-2700 SECRETÁRIO GERAL

**JUCESP**

ATENÇÃO  
1038AG367203  
24 SET 2005



JUL 87

**ANEXO I À ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES QUIROGRÁFICAS COM GARANTIA ADICIONAL, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ELEKTRO ELETRICIDADE E  
SERVIÇOS S.A.**

**MINUTA FINAL DO "CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA  
EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS"**

